

03 JUL 1988 AM 6 P2 JORNAL DE BRASÍLIA

Terrorismo psicológico

A tecnocracia econômica pratica puro terrorismo psicológico, visando a influenciar as votações do segundo turno da Constituinte, ao fazerem desfilar ante os meios de comunicação previsões apocalípticas relacionadas com a anistia aos devedores do sistema financeiro. Não é esta uma atitude digna da serenidade, da transparência e da boa fé na condução dos negócios públicos.

As restrições ao crédito agrícola de custeio simplesmente não podem ser feitas, ainda que o queiram as autoridades econômicas. Basta compulsar a pauta de exportações do Brasil nos últimos anos, especialmente este ano, para se ver a que ponto chegou nossa dependência do setor agrícola. Toda a estratégia governamental de condução da política econômica depende do desempenho agrícola. Dele depende a produção dos superávits comerciais indispensáveis ao cumprimento do acordo recém-firmado com os bancos estrangeiros; depende dele virtualmente toda a possibilidade de se impedir a hiperinflação; depende de alta produção agrícola a estabilidade social interna, sem a qual o próprio Governo estará desestabilizado. As ameaças de retaliação nessa área são, portanto, mero jogo retórico, sem qualquer possibilidade de concretização.

Os prejuízos dos bancos, especialmente do Banco do Brasil, decorrentes da implementação da emenda constitucional, de modo algum terão a dimensão que se lhes atribuem. Todos eles, até por imposição legal, já absorveram os créditos duvidosos de 1986 nos seus balanços de 1987. As restrições à aplicação da anistia, ditadas pelo Partido Comunista, reduziram a cobertura do benefício a devedores já in-

dimplentes desde o ano passado, época em que os bancos os lançaram na conta de créditos em liquidação. Os lucros do sistema bancário em 1987, já foram obtidos com a dedução da maior parte dos valores agora anistiados, inexistindo portanto qualquer motivo para que eles continuem a influenciar, no exercício financeiro corrente, os lucros das instituições credoras. Além disso, provavelmente os números acham-se superestimados. O alcance da anistia, só concedida aos proprietários de até cinco módulos rurais, no caso do crédito rural, ou de tomadores de até cinco mil OTNs, no caso dos microempresários urbanos, tornou altamente improvável que tão grande volume de recursos, algo em torno de 2 bilhões de dólares, segundo estimativas agora divulgadas, haja sido comprometido. Sempre se soube, até por estatísticas oficiais, que o crédito rural tem sido historicamente apropriado, na sua quase totalidade, pelos grandes e médios produtores. Menos de 10 por cento das aplicações beneficiam proprietários de até cinco módulos rurais. O perfil do crédito industrial, por sua vez, não tem sido diferente.

Mas, independentemente da análise dos fatos substantivos, ressalte-se a absoluta impropriedade política da atitude assumida pelo Governo face à decisão da Constituinte. Predominantemente emocional, a reação não cumpre a função pedagógica que necessariamente deve ter toda postura dos homens de Estado. A educação, uma das principais responsabilidades do Governo, não se restringe ao seu cenário formal, mas se extrai também do exemplo, da isenção, da serenidade, da responsabilidade que devem ser partes indissociáveis do

caráter do homem público.

Anúncios de tempestade, como os que estamos ouvindo agora, apenas contribuem para disseminar a insegurança pelo corpo social. O cidadão comum, pouco instruído, tende a ver o Governo como uma instituição única, não distinguindo entre Executivo e Legislativo senão de forma difusa, circunstância que o leva a identificar grave discórdia onde há apenas um litígio político. A sensação que daí decorre é a da instabilidade, da insegurança e da incerteza quanto ao futuro. Além disso, cada brasileiro, especialmente aqueles milhares que viram suas parcas economias desestabilizadas pela explosão inflacionária pós-cruzado, pouco se sensibilizam com o prenúncio de novas tempestades. Já as temos bastante, com ou sem anistia. Poucas pessoas, muito poucas, têm muito a perder com um eventual agravamento da crise.

Sugerimos às autoridades econômicas que reduzam o tom deste debate e se poupem, e a todos nós, da retórica catastrófica. Todos sabemos que, afinal, tudo se acomodará. Nós não sucumbimos ante as fantásticas transferências que há décadas o Governo vem fazendo para os segmentos privilegiados da sociedade, nem sucumbimos ainda ante a incompetente gestão das contas externas, responsável pela transformação deste pobre País em imenso exportador de capital. Não sucumbiremos ante o perdão das dívidas de alguns pequenos devedores. A sociedade já pagou muitos tributos a um sistema financeiro que, em pouco mais de vinte anos, se transformou no mais forte e mais rentável da América do Sul. Ele pode perfeitamente suportar esse pequeno hiato de rentabilidade.